

O reencantamento do mundo e acesso à informação

as potencialidades das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na construção e reforço da democracia Mídia, cidadania e utopia no Brasil

Valdir Jose Morigi
Solange Inês Engelmann
Luis Fernando Herbert Massoni
Ketlen Stueber

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MORIGI, V. J., *et al.* O reencantamento do mundo e acesso à informação: as potencialidades das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na construção e reforço da democracia Mídia, cidadania e utopia no Brasil. In: SOUSA, C. M., org. *Um convite à utopia* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1, pp. 303-339. ISBN: 978-85-7879-488-0. Available from: doi: [10.7476/9788578794880.0009](https://doi.org/10.7476/9788578794880.0009). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/kcdz2/epub/sousa-9788578794880.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O REENCANTAMENTO DO MUNDO E ACESSO À INFORMAÇÃO: AS POTENCIALIDADES DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NA CONSTRUÇÃO E REFORÇO DA DEMOCRACIA

Valdir Jose Morigi¹

Solange Inês Engelmann²

Luis Fernando Herbert Massoni³

Ketlen Stueber⁴

1 Introdução

Vivemos em um tempo de explosão informacional e, paradoxalmente, o mundo parece dominado pela alienação e o consumismo que dificultam a formação do pensamento crítico. Atualmente, somos bombardeados pela mídia com informações de

1 Professor titular da Fabico/UFRGS. Dr. Em Sociologia pela USP e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail:valdir.morigi@gmail.com

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail:solengel03@gmail.com

3 Mestrando em Comunicação e Informação (PPGCOM) pela UFRGS. Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Bolsista Capes. E-mail: luisfernandomassoni@gmail.com

4 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ketistueber@hotmail.com

que o país passa por uma crise econômica, moral, política, ambiental e de segurança. Soma-se a isso o descrédito da população nas instituições, nos governos, nos partidos políticos e suas lideranças. Parte dessa letargia está associada ao silêncio dos intelectuais e o enfraquecimento da esfera pública, quer seja pela espetacularização, estetização e despolitização da política ou pelos mecanismos que fortalecem o império da intimidade e reduzem a participação dos atores sociais. Essa situação nos leva à falta de perspectiva em relação ao futuro e à incapacidade de criação de novos projetos coletivos para construirmos um mundo melhor.

A cidade é o espaço público da sociabilidade, nela interagimos uns com os outros e com o próprio ambiente, legitimando-a como espaço de interações, lutas, tensões e diálogo. O medo de sair às ruas cresce entre a população e a sensação de insegurança aumenta. Isso faz com que cada vez menos nos apropriemos dos espaços públicos de convivência, o que enfraquece a sociabilidade e a participação cidadã. Ao mesmo tempo, é nos espaços públicos que manifestamos as insatisfações, reivindicações, paixões e esperanças. Desse modo, o medo de sair às ruas, fruto da insegurança, acarreta na limitação de nossa atuação política, social e cidadã, interferindo no florescimento de novas utopias.

No Brasil, os meios de comunicação estão monopolizados e o controle da informação se restringe às empresas privadas, dificilmente interessadas em fazer da internet, dos usos e apropriações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) um espaço para debate e construção cidadã que atue de modo efetivo para romper os silêncios. Além disso, os meios de comunicação de massa se aliam na defesa das grandes corporações e os grupos conservadores que resistem às mudanças sociais através de posições políticas e ideológicas que dificultam a transparência, o acesso e a democratização das informações públicas, tratando os fatos de forma parcial e tendenciosa.

A legitimidade e a manutenção das sociedades baseadas na democracia deliberativa dependem da construção de espaços públicos participativos, voltados ao embate dialógico de ideias com pretensões distintas entre os cidadãos. Isso tudo com o intuito de formar uma opinião pública crítica e questionadora para a construção de uma comunicação pública participativa, em prol da cidadania e do aprofundamento dos regimes democráticos. Desse modo, a democracia representativa necessita da colaboração, tanto pelos meios tradicionais de comunicação como pelas TICs, na qualificação da participação cidadã e nas mudanças sociais.

O reencantamento do mundo passa pelo acesso à informação e a possibilidade de sua democratização. Nossa reflexão aborda as potencialidades das TICs na construção do novo espaço público a partir do ciberespaço. As questões que nos mobilizam nesse texto são: Como os usos e apropriações das TICs na vida cotidiana podem reencantar o mundo e criar novas utopias? De que modo elas possibilitam a ampliação da participação dos cidadãos na construção de uma sociedade planetária? A partir da reflexão crítica sobre o tema procuramos responder essas indagações.

2 Esfera Pública e o Ciberespaço: espaços de democracia e cidadania

Compreender a esfera pública, sua transformação no decorrer da história, a introdução das TICs e seus usos e apropriações na constituição do ciberespaço, torna-se determinante para ressignificar a construção da democracia, da cidadania e de suas potencialidades no mundo contemporâneo.

Conforme lembra George Yúdice (2015), as esferas públicas se solidificam na Modernidade, final do século XVIII, e se caracterizaram pelo seu aporte físico: as interações sociais entre as pessoas eram diretas e ocorriam em espaços públicos como cafés, salões,

praças e teatros. Nestes locais ocorriam os diálogos, os debates e as trocas de opiniões entre os cidadãos. Na atualidade, com as plataformas digitais, a esfera pública converte-se em um espaço virtual em que as interações passam a ser mediadas por informações que circulam em dispositivos tecnológicos.

Perceber o papel dos meios de comunicação na construção e fortalecimento da democracia, formação da opinião pública e dos sistemas democráticos é fundamental. Conforme aponta Norbert Bobbio (1986, p. 84), um dos ideais dos sistemas democráticos é a sua apresentação como o governo do poder visível, “[...] o governo do poder público em público.” Tendo como propósito tornar conhecidas à sociedade as decisões institucionais dos governantes, fazendo do critério da visibilidade um princípio central dos regimes democráticos. Entretanto, o caráter público do poder democrático efetiva-se por meio da publicidade, tornando transparentes para os cidadãos as ações ocultas dos governos. Nesses termos, o avanço de um debate público depende da publicidade sobre os atos do poder e a liberdade de críticas e opiniões, através da constituição de uma opinião pública com papel de mediação social, objetivando a diminuição da invisibilidade e/ou manipulação das informações de interesse coletivo. Dessa forma, a esfera pública não existiria sem os princípios de visibilidade e publicidade, que se traduzem na prática comunicativa da conversação e dos meios de comunicação de massa.

Porém, fundamentada no elemento da conversação⁵, a criação de uma comunicação pública ocorre mediante o desenvolvimento de um público, representando uma forma de sociabilidade

5 A conversação é vista como uma forma de comunicação elementar na formação dos públicos e se encontra ancorada no debate argumentativo e racional de opiniões distintas, fundamental na construção de posicionamentos e mudanças dos

na democracia. Segundo Gabriel Tarde (1992, p. 29), a psicologia do público compreende-se em “[...] uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental.” Nesse sentido, o público constitui-se como um grupo de indivíduos que partilham entre si um tipo de ligação simbólica, com base em um assunto ou problema. Na medida em que adquirem a capacidade de intervir e influenciar na sociedade, se tornam atores sociais. Portanto, a formação e existência de um público dependem essencialmente de uma conversação, adquirida através do embate argumentativo e dialógico de opiniões distintas. De tal modo que o desempenho do público como ator social coletivo necessita de uma excitação intelectual, baseada na prática reflexiva e comunicacional entre os públicos. Diante disso, a construção de uma comunicação pública participativa e crítica somente se efetiva a partir de uma comunicação de caráter argumentativo entre os públicos, baseada na conversação.

[...] Há um vínculo estreito entre o funcionamento da conversação e as mudanças de opinião, de que dependem as vicissitudes do poder. Onde a opinião muda pouco, lentamente ou permanece quase imutável, as conversações costumam ser raras, tímidas [...]. Onde a opinião é móvel, agitada, onde passa de um extremo a outro, as conversações são frequentes, ousadas, emancipadas [...] (TARDE, 1992, p.134).

mesmos pelos públicos (Tarde, 1992). Nesse sentido que o conceito é abordado no trabalho.

Portanto, a formação de uma opinião pública crítica depende do incentivo dos governos democráticos e das instituições sociais, no fomento a uma conversação ativa e questionadora, que confira à mesma seu papel de uma comunicação livre e democrática. Diante disso, percebe-se a necessidade de ultrapassar uma visão reificada e/ou naturalizada da esfera pública como algo definitivo e estático. Contrariamente, deve ser encarada como produto de uma formação cultural das sociedades, sendo passível de transformação com base na dialogicidade e na racionalidade.

Dentre as principais dificuldades na construção de uma esfera pública democrática está a falta de condições para a liberdade de participação dos públicos de forma igualitária. Diante disso, compreendemos que o reforço de uma comunicação pública livre e democrática necessita de diversidades de opiniões, da valorização dos indivíduos bem como condições igualitárias para a liberdade de participação entre os diferentes públicos. Esses são requisitos básicos para a promoção de uma esfera pública menos assimétrica, capaz de dar voz aos mais variados sujeitos e grupos sociais, em uma relação dialógica, marcada pelo respeito à opinião e ao saber do outro.

A comunicação pública participativa e crítica que estimula o debate de assuntos de interesse geral, necessita de comunicação e argumentação. Ou seja, somente se torna possível mediante a democratização dos Estados e das instituições sociais nas relações de poder instituídas. Para nos aproximarmos do ideal das democracias deliberativas, torna-se fundamental inserir neste contexto o debate sobre os princípios democráticos de valores, direitos humanos e de cidadania.

A cidadania procura garantir um acesso igualitário aos direitos formais dos cidadãos, contudo, há limitações dos governos democráticos em garantir a igualdade de direitos a todos os indivíduos

devido às desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista. A busca por cidadania se encontra em constante construção e mutação nas sociedades, a depender do contexto e especificidade de cada Estado-Nação.

A renovação da teoria democrática implica na repolitização global da prática social. Para Boaventura de Souza Santos (1999), politizar é identificar relações de poder e promover formas práticas de transformá-las em relações de autoridade partilhada. Ao ressignificar as relações de poder, desocultar as formas de opressão e dominação, recriar novos meios e oportunidades através das práticas de cidadania, estabelece-se a possibilidade de considerar a dimensão comunitária do espaço público. O espaço político está estruturado em diferentes ambientes, divididos em: espaço doméstico, espaço da produção, espaço mundial e espaço da cidadania (Santos, 1999). Em cada espaço político é preciso desenvolver lutas e abordagens democráticas diferenciadas, segundo suas demandas específicas, a fim de transformar as relações de poder próprias destes espaços em relações de autoridade partilhada.

Essa repolitização pela transmutação das práticas sociais, em um movimento de maior participação dos cidadãos, torna-se necessária a própria alteração de concepção a respeito do que é a cidadania. A mudança no conceito de cidadania implica ir além da reciprocidade e da simetria entre direitos e deveres. De acordo com Santos (1999), para a ressignificação do conceito de cidadania é preciso eliminar os mecanismos de exclusão e combinar formas individuais e coletivas que estão diretamente relacionadas com a *teoria da subjetividade*.

No contexto contemporâneo, o direito à comunicação e à informação, bem como a democratização das TICs, são fundamentais. Os processos comunicativos e discursivos centrados no diálogo argumentativo em torno de temáticas e problemas de

interesse público que contemplam visões de mundo e objetivos concorrentes permite constantemente aos cidadãos reavaliar seus posicionamentos em relação às diferenças sociais, políticas e culturais, tornando o ciberespaço ou a esfera pública virtual a *Ágora* do século XXI.

Mais do que uma criação, a inovação tecnológica possibilitou o nascimento da esfera pública virtual, que permite o debate entre os cidadãos, transformando-se em um centro principal através das redes que interconectam o mundo, interligando empresas, governos, organizações, pessoas de diferentes grupos sociais. Para Maria do Rosário Silva (2010), nossas atividades passam a compor um novo âmbito de articulação em que recebem uma segunda dimensão de existência, que é a dimensão virtual. Tal dimensão gera novas formas de comunicação e interação que promovem a participação e o exercício da cidadania. Além disso, provoca novas exclusões que acrescem mais as desigualdades sociais já existentes em relação ao acesso à informação, à comunicação, às tecnologias e à educação.

Diante da centralidade do ciberespaço, visto como uma esfera pública virtual, percebe-se que os usos e a apropriação das TICs se tornam elementos fundamentais e determinantes, por parte dos sujeitos e grupos sociais contemporâneos, para a criação de práticas mais democráticas. O acesso dos indivíduos a essas tecnologias adquire papel importante na construção de uma nova cidadania?

O avanço das TICs e seus impactos no espaço virtual ativam as interconexões globais, trazendo questões desafiadoras para a compreensão das novas configurações a partir das dinâmicas que se estabelecem entre as relações internacionais na atualidade. O mundo passou a interatuar a partir de coordenadas espaciais/temporais cada vez mais flexíveis e descentralizadas a partir das TICs. No entanto, ainda que este fato seja concebido em termos de

ampliação da democracia – pois seus impactos na política mundial estão cada vez mais interligados – em grande medida, são ignorados. Ou seja, muitas demandas de importância mundial, ainda que tenham adquirido maior visibilidade ao serem compartilhadas por diferentes povos e culturas no contexto da esfera pública virtual, continuam sem resolução e nem sempre são priorizados por parte dos representantes políticos. As questões ambientais (e o descaso a que são submetidas) servem de exemplo para ilustrar tal situação.

Na perspectiva otimista, o ciberespaço ampliaria a democracia tanto em domínio local, como em domínio global. De acordo com Pierre Lévy (2000), o ciberespaço possibilitaria a expressão e a própria elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais e a participação de grupos diretamente afetados pelas decisões nas deliberações, bem como a transparência e avaliação das políticas públicas por parte dos cidadãos. Reforçando essa abordagem, Manuel Castells (2003) afirma que o ciberespaço é uma ágora eletrônica global na qual a diversidade da divergência humana explode em uma cacofonia de sotaques. Conforme o autor, as articulações democráticas seriam atreladas às formas de mobilização política dos diversos movimentos sociais do século XXI, que desempenhariam no espaço virtual global uma nova forma de ativismo político – o ciberativismo.

Nesse contexto, para Castells (2003a, p. 115), alguns movimentos sociais se conformariam através da internet, desenvolvendo ações coletivas e deliberativas com o objetivo de transformar valores e ações, sendo que “[...] o mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infundável de projetos culturais e causas políticas.”

A esse respeito, lembramos que o acesso à informação foi transformado ao longo dos últimos anos, especialmente devido ao surgimento de ferramentas inovadoras da internet. Uma revolução da tecnologia da informação e da comunicação que caracteriza nossa sociedade, responsável pelo informalismo, uma forma de desenvolvimento em que o conhecimento é fonte central de produtividade (CASTELLS, 2006). Ao se estruturar em rede, a sociedade informacional funciona através dos fluxos globais influentes nas relações sociais em todo o globo. Conforme o autor, a internet torna-se o meio de comunicação e de relação essencial que serve de base para a sociedade em rede que vivemos (CASTELLS, 2003b).

Entretanto, tais visões são criticadas e consideradas utópicas por muitos cientistas⁶ em relação à capacidade do ciberespaço representar uma ampliação da democracia. Eles questionam se realmente o ciberespaço seria capaz de promover articulações que possibilitassem a participação política. Ao contrário, apontam numerosas decorrências negativas dos usos da tecnologia para a política atual, em que também identificamos exclusões. Além disso, ao agenciar a virtualização das interações, abranda os vínculos sociais tradicionais (comunitários, familiares, religiosos, etc.).

Bernardo Sorj (2006) questiona o ciberespaço e os usos das TICs ao mencionar a ausência de critérios de qualidade capazes de afiançar o amplo volume de informações fragmentadas e dispersas na rede. Assim, o provável ganho que o ciberespaço proporcionaria em relação ao livre acesso a informações seria amofinado pela impossibilidade de se garantir a confiabilidade e a credibilidade dos autores que se apropriam das informações nele divulgadas para expor suas ideias. Dessa forma, o ciberespaço fracassaria na sua

6 LYON (1998); ZYGMUNT (1999); SUNSTEIN (2001); LEVINE (2004).

função de possibilitar o acesso democrático à informação, além de prejudicar a apreensão crítica dos cidadãos.

Na concepção de Trejo Delarbre (2009), o espaço virtual vem se transformando em um receptáculo de conteúdos que potencialmente atrapalham as buscas, a aptidão de cotejo, seleção e discernimento dos internautas que navegam pelo ciberespaço. Para o autor, uma maior quantidade de informações não conduz necessariamente ao melhor entendimento ou a uma maior reflexão dos cidadãos das redes, principalmente quando essas informações são compostas por trivialidades e mentiras.

Diante disso, João Pissarra Esteves (2011) procura analisar qual a contribuição da internet, principalmente a versão mais recente da Web 2.0⁷, tem a oferecer à democracia. “[...] Uma exploração de hipóteses, possibilidades e alternativas para a construção de uma democracia deliberativa – mais deliberativa – que tem por base o suporte comunicacional hoje oferecido pelas novas tecnologias” (p. 33).

O autor orienta sua pesquisa em um modelo de democracia considerado como um meio de vivência, baseado em valores e normas sociais que possui como condição essencial a cidadania participativa e deliberativa. O propósito é analisar como, mediante o suporte comunicativo, os usos e as apropriações das TICs podem proporcionar mecanismos de colaboração na melhoria da democracia deliberativa, tornado-a mais ampla e eficiente.

Esteves (2011) chama atenção para um significativo aumento na preocupação e consciência social quanto à função das TICs, não somente no aspecto técnico, mas também de caráter ético e moral. Ao mesmo tempo se observa, por parte do autor, o reconhecimento

7 Esta se refere a um conjunto de media com diversas linguagens e discursos, que adquirem significados simbólicos e políticos distintos (ESTEVES, 2011).

de pontos negativos desses meios, porém, que não o impedem de cultivar uma posição otimista quanto à alteração desse cenário; principalmente, a partir de um alargamento no envolvimento da sociedade civil em vários aspectos e do Estado. Na sua concepção, essa consciência social se torna mais efetiva com o avanço no acesso de um número mais amplo de cidadãos à internet no mundo, o que representaria um fator importante no rompimento do padrão tradicional de divisão social entre as populações mais ricas e pobres.

Nesse contexto, se considerarmos o caso do Brasil, o número de usuários avançou no último período, mas grande parte da população ainda não possui acesso à internet. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) aponta que, em 2014, cerca de 95,4 milhões de brasileiros (54,4%) possuíam acesso à internet, atingindo 36,8 milhões dos domicílios. Ao mesmo tempo essas tecnologias, obviamente, atingem preferencialmente os grandes centros urbanos com maior nível de desenvolvimento econômico e renda, se comparado ao espaço rural⁸.

As desigualdades de acesso às tecnológicas, conforme Esteves (2011) compreendem uma nova versão do “digital *divide*”, que evidencia como as diferenças de acesso às tecnologias refletem as reais desigualdades sociais, políticas, econômicas, etc., entre as populações ricas e pobres e os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Portanto, ainda que se procure visualizar fatores positivos

8 O uso do computador ainda é muito superior na área urbana, que concentra 51% dos computadores, enquanto na área rural esse acesso chega somente a 16% da população. Ao mesmo tempo, nos domicílios em que a renda familiar é menor que um salário mínimo o acesso à internet é de apenas 6%. Já entre as famílias com rendas superiores a cinco salários mínimos o acesso se entende a 91% (CGI.BR, 2012).

nesse contexto, como falar de preocupação social em relação às novas tecnologias no Brasil, se o acesso à internet até 2014, não contemplava 50% dos domicílios do país (IBGE, 2016).

Entretanto, é importante salientar que as desigualdades tecnológicas não são determinadas pelas TICs, mas pelas relações sociais estabelecidas pelas democracias de massa, em relação a essas tecnologias. Para Esteves (2011, p.36), “[...] não é a internet a grande ameaça à nossa democracia, mas muito mais uma dada ordem social e política – a nossa – que cria, por vezes, grandes limitações à Internet [...] quanto às suas potencialidades e capacidades democráticas.”

Portanto, uma ordem digital mais democrática passa pela criação de sistemas sociais e políticos que eliminem as limitações impostas à internet pela ordem atual e desenvolvam mecanismos para a formação de uma opinião pública mais crítica e participativa, que de fato, estimule debates racionais acerca de temas importantes e indispensáveis para a comunicação pública, gerando mudanças significativas na democracia.

Considerando a função do acesso à informação na conversação e no estabelecimento de uma comunicação pública eficaz, com capacidade de influência nas decisões do poder, Esteves (2011, p. 37) defende que a internet constitui-se em um instrumento fundamental para a consolidação de uma democracia deliberativa mais participativa, devido ao seu “[...] potencial comunicacional, que resulta das extraordinárias capacidades informacionais da Rede: a grande facilidade de armazenamento, processamento, acesso e difusão de informações [...]” Tal fator vem sendo considerado, principalmente a partir da Web 2.0, devido à maior capacidade de processamento e circulação de informações, ampliando os acessos, a participação e a colaboração em rede.

A mídia tradicional era calcada na distribuição centralizada de informações, enquanto que o cenário atual favorece o compartilhamento, pois muitos são os autores do que é produzido (CUNHA, 2011). O uso das TICs promove o rompimento de um padrão clássico de comunicação – *de um para muitos* (emissor – receptor), para *de muitos para muitos* (inúmeros produtores de conteúdos). Na concepção de Cunha (2011), a “velha mídia” decorria da lógica da sociedade industrial de massa, contexto em que todos tinham os mesmos gostos e compartilhavam das mesmas crenças, ao passo que a “nova mídia” segue a lógica pós-industrial, caracterizada por valores individuais, diferentes estilos de vida e ideologias, com uma oferta maior de escolha. Este fenômeno possibilita a alguns grupos sociais, anteriormente atingidos por uma invisibilidade comunicacional nos meios de comunicação de massa (tradicionais), condições de apresentar suas demandas de comunicação a partir do momento em que obtêm acesso à internet e às tecnologias digitais. Esse contexto insere antigas e novas pautas no âmbito da comunicação pública.

Todavia, como a interação social representa um elemento importante nas democracias deliberativas, percebe-se que uma maior interatividade virtual pode estimular um alargamento na interrelação real dos cidadãos para a democracia. Porém, isso não garante que uma ampliação de interatividade na internet promova uma qualificação real das interações sociais e de uma comunicação pública, já que se observa atualmente a circulação de grandes quantidades de informações superficiais na rede. Estas, em grande parte geram a fragmentação dos assuntos, além de abordar vários temas privados e fofocas, como de interesse público. Portanto, não se pode confundir o aumento do acesso e consumo à informação com a qualificação de uma comunicação pública e fortalecimento da esfera pública, pois geralmente a maior interação comunicativa

entre os públicos não provoca novos debates ou resulta em uma comunicação pública mais crítica.

Buscando propor soluções a esses problemas, Esteves (2011) defende a criação de um serviço público para a internet, com um conjunto de políticas públicas que estabeleça garantias, proteções e incentivos, promovendo acesso mais equilibrado entre os grupos sociais presentes na sociedade, bem como a diminuição da apropriação individual por alguns segmentos sociais e o estabelecimento de uma rede de comunicação e colaboração de caráter público e não governamental.

Nesse sentido, propõe-se o potencial do uso das TICs no aperfeiçoamento de uma esfera pública que auxilie na qualificação do processo reflexivo e decisório, influenciando politicamente o desenvolvimento de novas posturas e comportamentos democráticos. Porém, as informações divulgadas por meio das tecnologias ainda apresentam algumas debilidades no contexto da democracia deliberativa. Em geral, estas informações não vão além da divulgação de propagandas de ações governamentais, centradas na visibilidade das iniciativas dos grupos no poder e no fortalecimento do papel do Estado, procurando estabelecer uma comunicação direta com a população. A maioria dos Estados também tem adotado uma postura defensiva quanto à internet, centrada na busca pela auto-regulação em detrimento de políticas de incentivo ao avanço da cidadania e de uma comunicação de interesse público (ESTEVES, 2011).

Porém, ainda que tenha possibilitado a reprodução de alguns problemas e debates antigos, é importante registrar que a internet vem gerando condições para um aumento na participação cidadã, especialmente por partes de grupos sociais que antes possuíam inserção mais tímida no embate de ideias na esfera pública. Além disso, ela possibilita a expressão de grupos populares e minorias,

como as mulheres, gays, negros, movimentos sociais de luta por direitos sociais básicos (moradia, terra, etc.), imigrantes, entre outros.

3 Acesso à Informação: usos e apropriações das TICs, suas potencialidades e utopias

Com o crescimento exponencial dos canais de comunicação, o acesso à informação tornou-se fundamental nas mais diversas esferas da vida pública e privada, perpassando as interações sociais, servindo como fator competitivo para empresas e, também, possibilitando a transparência sobre os gastos do governo. O próprio sistema capitalista vem se rendendo ao papel desempenhado pela informação na sociedade, pois se antes era basicamente regido pelo dinheiro, atualmente presenciamos o capitalismo informacional, contexto em que têm poder aqueles que detêm a informação.

Nessa perspectiva, pensar qualquer assunto que diga respeito ao nosso contexto social significa, também, repensar o papel da informação, constantemente presente no cotidiano. Isso porque a informação nos permite acesso a diferentes visões de mundo, tornando-se um elemento com muitas potencialidades na geração de nossos inconformismos e resistências. Conforme Yves Le Coadic (1996), através da informação, se possibilita a apreensão de sentidos ou seres, sendo ela passível de compartilhamento via um sistema de signos. Para Ana Lúcia Castro (2002), o acesso à informação está atrelado à garantia de liberdade, fortalecendo nossa capacidade de escolha. Compreendemos que a informação, ao nos fornecer múltiplas perspectivas sobre um mesmo tema, permite posicionamentos mais críticos e pode nos tornar reflexivos perante a estrutura social vigente. Ou seja: o acesso à informação

pode ser um elemento-chave na luta pela construção de um ideal e na manutenção de nossas utopias.

Para isso, é preciso compreender os processos de apropriação e significação que dizem respeito ao ato de transmitir e receber informações. A informação é um recurso simbólico, que aglutina sentidos culturais para diferentes grupos e indivíduos (MARTELETO, 2000; 1995) e sua transferência e aquisição também são de ordem simbólica formada a partir do contexto social e da atribuição de sentidos por parte dos indivíduos. Desse modo, o acesso a ela potencializa o entendimento dos acontecimentos sociais e históricos, tornando-se um meio de efetivação da cidadania e propulsora de novas utopias.

Enquanto condição para a sobrevivência, o acervo informacional resiste aos mecanismos de esquecimento e obliteração, de modo a possibilitar reconstruções cognitivas de avaliação e conhecimento da realidade (CASTRO, 2002). Se o contato com o outro, por meio da sociabilidade, não dá conta de nos manter a par das mais diversas visões de mundo, essa função fica a cargo da informação e de seus enquadramentos.

Entretanto, a informação por si só, a partir de uma perspectiva tecnicista, não dá conta dessa trama social na qual a queremos enquadrar. É preciso compreendê-la por meio de uma perspectiva complexa, percebendo que a sua eficácia depende da distribuição no espaço social, das características dos sujeitos coletivos detentores de conhecimento e das tecnologias de informação e comunicação (CASTRO, 2002). Em outras palavras, é preciso o esforço de analisar as práticas de produção, circulação e apropriação da informação na sociedade, tendo em vista a forma como os mais diversos grupos sociais a utilizam no contexto em que nos encontramos.

A sociedade em rede está imersa em uma nova cultura tecnológica e comunicativa, alterando a política, a democracia e a forma

de pensar (DI FELICE, 2014). Neste contexto, os sujeitos sociais tornam-se ativos, pois deixam de ser meros receptores e passam a ser também emissores de conteúdos informativos. Para Regina Marteleto (2011), informação e comunicação são a energia que move as redes sociais, promovendo a participação dos agentes em plano técnico, cognitivo e político, para a mobilização e participação. Para a autora, a noção de redes sociais é empregada para representar a estrutura social e, quando elas são associadas a ações de mobilização e participação de movimentos sociais, atuam como redes submersas de grupos, o que as configura como pontos de encontro, circuitos de solidariedade que fogem ao padrão de ator coletivo politicamente organizado (MARTELETO, 2011). Assim, configuram-se as redes de relações e os processos comunicativos que fortalecem a cidadania.

A construção das novas utopias está relacionada com o “bem coletivo”, que deve se sobressair aos interesses individuais, opondo-se ao que é restrito, ao privado, e, portanto, ao “secreto”. Essa é uma condição fundamental para nos transformarmos em uma sociedade mais justa e igualitária. A luta pelo ideal de democracia e suas possíveis utopias ocorre quando os cidadãos se tornam autônomos e protagonistas dos acontecimentos na esfera pública.

No momento em que temos acesso às informações públicas que dizem respeito à gestão dos bens coletivos, é possível compreendermos melhor a forma como nossos impostos arrecadados são aplicados e, desse modo, abre-se também a possibilidade de criticarmos e sugerirmos outros destinos ao dinheiro público. O acesso à informação pública é a melhor forma de fortalecer a confiança coletiva e a responsabilidade social (PLAISANCE, 2011). Ela possibilita a reconfiguração das estruturas da sociedade (BATISTA, 2010a).

Conforme Carmem Batista (2010b, p. 40), a informação pública:

[...] é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social.

De acordo com Batista (2010a), a luta pelo direito à informação perpassa o acesso público, incluindo também a reivindicação contra o segredo de Estado, quando não se trata de informação sigilosa. Para a autora, a disponibilidade da informação pública pressupõe não apenas o acesso físico, mas também a transparência e a compreensão do cidadão a respeito do que é produzido e publicado pelo Estado. Esse pressuposto, segundo Batista (2010a), vai além dos conceitos que consideram os aspectos jurídicos, de legalidade e legitimidade.

Para que cumpra seu papel de transformação social, a informação pública deve necessariamente estar acompanhada de mecanismos que incentivem uma real aproximação com o público e o efetivo entendimento da informação disponibilizada. A linguagem, especialmente, deve ser estar em consonância com o público que acessa a informação, para que seja clara a leitura feita destes documentos. Além disso, a partir do uso das TICs é possível buscar

tutoriais que ensinem o cidadão a navegar e acessar conteúdos disponibilizados para a plena recuperação e eventual uso da informação desejada.

4 O Futuro: reencantamento do mundo através das TICs

As utopias necessitam constantemente de impulsos, paixões e esperanças para fortalecer suas bases filosóficas. Em um processo dinâmico, as trocas dialógicas de saber reinventam-se e abrem espaço para o novo, mas também revisitam o que já foi estabelecido no campo teórico. Neste contexto, é oportuno tencionar um diálogo possível entre pensadores que através de suas inquietudes buscam respostas para desenvolver a sociedade com base nos valores de cidadania, igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e democracia.

Conceber as potencialidades que as TICs podem oferecer à sociedade significa também considerar seus usos e apropriações destoantes às propostas de reencantamento e ressignificação que nos propomos nesta reflexão. Milton Santos (2008) afirma que a globalização perversa se baseia na combinação constante entre dinheiro e informação. Ambos formam uma espécie de dupla tirania, pois servem de base para o sistema ideológico, legitimam e conformam as relações sociais e interpessoais por meio da competitividade e da perversidade sistêmica.

As tecnologias de informação e comunicação utilizadas em função de objetivos privados promovem o aumento da desigualdade social. Ao serem manipuladas, além de confundir e omitir, podem se tornar fragmentos para a sustentação de discursos ideológicos. Promovem retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, facilitam e ampliam o papel político das empresas

na vida social e ao mesmo tempo encolhem as funções sociais e políticas do Estado.

O “reencantamento do mundo” através do acesso à informação e uso das TICs parece ser mais um discurso retórico, o imperativo e a onipresença da informação são indícios, pois a informação tem dois rostos: um pelo qual instrui e outro pelo qual convence (SANTOS, 2008). A informação originária de interpretações, subjetividades e intenções pré-estabelecidas no discurso ideológico produz objetos, ou seja, discursos que criam sentidos e comandam comportamentos. De acordo com Santos (2008), estes objetos podem contribuir para a violência econômica do sistema financeiro, principalmente porque os meios de comunicação e informação encontram-se monopolizados.

Haveria outra forma de apropriação das TICs, que nos leve ao reencantamento? Edgar Morin (2010) reflete sobre o assunto partindo dos contextos delineados no século XX, em que o totalitarismo é considerado causa de inúmeras regressões, produto e produtor de guerras e crises (econômicas e democráticas). Estes fatos trouxeram para o campo sociopolítico múltiplos problemas e desafios: a politização do econômico, as responsabilidades de ordem social, cultural, econômica e biológica (ambiental e humana). Para Morin (2010), a relação entre a humanidade e a natureza encontra-se permeada por laços de salvaguarda vital e, ao mesmo tempo, por ameaças de destruição da vida, principalmente após a apropriação política do nuclear.

Diante deste cenário, parece não haver mudanças, no entanto a necessidade de permanência provoca-nos a reacender as utopias e contestar os silêncios. Os argumentos da perspectiva complexa de Morin (2010), acerca da necessidade de estabelecer pontos comuns de ligação entre as pessoas, também estão presentes nos ideais de Santos (2008), ao reivindicar a condição de pensar

a informação e seus possíveis usos para ressignificar o mundo. Tamanhas responsabilidades concedem à política a missão de “[...] arcar com a multidimensionalidade das realidades antropossociais e assegurar o destino histórico da humanidade.” (MORIN, 2010, p. 108). Esta missão precisa acontecer com um duplo vínculo que agregue a todas as coisas uma dimensão política sem reduzirem-se ao político, evitando assim possíveis tendências ao totalitarismo.

Primeiramente, é preciso considerar que o mundo traz em si seus opostos e que há dificuldades em diagnosticar, segundo Morin (2010), o mal ou o perigo principal, assim como a solução ou o bem principal. Diante de grandes e múltiplos desafios, eis a trama do complexo, daquilo que é tecido em conjunto. A pós-modernidade unifica o planeta e, ao mesmo tempo, torna-o ainda mais fragmentado e neste contexto também está inserida a comunicação e a informação: “Tudo comunica, tudo está em relação, tudo permite a compreensão, mas, ao mesmo tempo, a incompreensão aumenta mais” (MORIN, 2010, p. 110). Para o autor, as incertezas e as interdependências têm sido consideradas como obstáculos insuperáveis, mas podem ser aceitas como desafios.

Em *Por uma outra Globalização*, Milton Santos (2008) reconhece que a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e a produção de conhecimento em esfera global são as bases materiais da contemporaneidade. Aponta ainda que tais bases servem de apoio para a globalização perversa que conhecemos, mas ao mesmo tempo projeta nestas bases a expectativa de que podem servir a objetivos contra-hegemônicos se estipulados às finalidades sociais e políticas de emancipação popular.

Para Santos (2008), o progresso da informação e a mistura de saberes e filosofias originadas deste processo colocaram em detrimento o racionalismo e a hegemonia do conhecimento. A diversidade produzida pela população aglomerada em grandes

centros urbanos é a força motriz capaz de dinamizar a mistura entre pessoas e filosofias. Isto resulta no surgimento de uma universalidade empírica, pois permite conhecer o planeta profundamente. As TIC's podem servir de meios para este processo, pois seu uso viabiliza a criação de saberes e soluções práticas para as demandas sociais.

Para evitar a chamada miopia intelectual (originada nos reducionismos) é preciso pensar “[...] as partes em relação com o todo e o todo em relação com as partes. Tal pensamento evita ao mesmo tempo que se perceba apenas um fragmento fechado de humanidade, esquecendo a mundialidade, e que se perceba apenas uma mundialidade desprovida de complexidades.” (Morin, 2010, p. 113).

O desafio parece estar em pensar aquilo que não é óbvio, fugir à visão tradicional e rígida. Na concepção de Michel Maffesoli (2005), precisamos elaborar um saber próximo de seu objeto, em que se possa estabelecer a topografia da incerteza e do imprevisível, da desordem e da efervescência, que englobe o trágico e o não-racional. Trata-se de um saber incontrolável e imprevisível, mas não menos humano, que enlace histórias individuais e coletivas e constitua o ato do conhecimento.

Em 2000, ano da primeira edição da obra *Por uma outra globalização*, Milton Santos (2008) parece prever as potencialidades das *técnicas da informação* (termo da época, utilizado pelo autor) ao afirmar que o uso dos computadores exige inteligência. Ou seja, “[...] é capaz de assegurar a liberação da inventividade e também torná-la efetiva.” (SANTOS, 2008). Percebe-se no discurso do autor a aposta em novos arranjos e criatividade a partir do uso generalizado de computadores e plataformas digitais para contribuir com a restauração do homem em sua essência.

Neste sentido, Morin (2010) propõe a chamada *refundação antropoplanetária*, esta, busca pensar os vínculos antropológicos,

filosóficos e científicos aliados à natureza e ao meio ambiente de maneira interdependente e enraizada. Para Morin (2010, p. 120), “[...] reintroduzir a humanidade no planeta implica introduzir o planeta na política.” Esta concepção possibilita a refundação da *antropolítica*, amparada nos pressupostos interdependentes da diversidade e da singularidade, da ética e da harmonia entre o pensamento racional e o entusiasmo do pensamento apaixonado. Desta forma, se estabelece a busca de uma reconecção com o todo e suas partes, com a unidade e a diversidade. O passado e o presente constituem-se para o sujeito, de um lado através da memória cultural enquanto necessidade identitária; de outro, por meio das descobertas adquiridas durante o processo de desenvolvimento humano.

Qual a relação das tecnologias de informação e comunicação diante destes pressupostos? De que maneira elas podem contribuir nesta complexa trama política e social? Acreditamos que as TICs contribuam enquanto pontos de ligação. Dentre as finalidades de refletir acerca de diferentes pressupostos, destaca-se a necessidade de instaurar possíveis modos de motivar as práticas de democracia. Para Morin (2010, p. 125), este é um dos grandes desafios do século XXI e para isso é preciso “[...] regenerar as cidadanias locais e gerar uma cidadania planetária, ligar nossas diversas pátrias no seio da Terra-Pátria”. As TICs possuem potencial para contribuir com este projeto, pois hoje são instrumentos cada vez mais importantes para aproximar e desenvolver vínculos entre povos e culturas.

Entretanto, como afirma Santos (2008) é preciso politizar as tecnologias diante do impacto sócio-técnico da informação digital. Para o autor, perceber as tecnologias apenas a partir do seu consumo sem considerar a sua produção e inovação é um fetiche. O acesso à tecnologia promove uma diferença de *status*, de

prestígio, portanto, também pode criar uma diferenciação social. Precisamos pensar as TICs a partir da sua produção, apropriações e capacidades de interconexões. Nesses termos, Anthony Giddens (2006) considera que as revoluções das comunicações possibilitam a construção e o desenvolvimento de cidadanias mais ativas e reflexivas do que no passado.

Uma experiência significativa e pioneira acerca do uso da internet, principalmente das redes sociais, por grupos populares para fins políticos (CABRAL FILHO e CARVALHO, 2013), luta por democracia e cidadania, trata-se de um conjunto de protestos que ocorreu entre o norte da África e o Oriente Médio, no fim de 2010 e início de 2011, denominado de “Primavera Árabe”. Iniciou-se na região uma onda de protestos contra governos ditatoriais no poder. Uma multidão tomou as ruas pressionando pelo fim das ditaduras e a garantia de direitos sociais negados.

Entre janeiro e outubro de 2011, mobilizações massivas de rua em países Árabes chamaram a atenção do mundo, resultando na queda de Bel Ali, na Tunísia, a derrubada de Hosni Mubarak, no Egito e o linchamento público de Muammar Kadafi, na Líbia, que contou com ampla repercussão da imprensa mundial. Porém, os atos na Líbia tiveram um forte estímulo e apelo da imprensa dos Estados Unidos (DI FÁTIMA, 2012).

Conforme **Adilson** Cabral Filho e Aline Carvalho (2013), a utilização das redes sociais como uma ferramenta política se inicia com o “Movimento Verde Iraniano”, durante as eleições de 2009 no país. Na ocasião, a população utilizou essa tecnologia na tentativa de furar o bloqueio e a censura do governo presente nas mídias tradicionais. Os grupos contrários ao regime também passaram a usar o espaço das redes sociais para contestar o resultado das eleições e denunciar que a manutenção de Mahmuod Ahmadinejad representava fraude eleitoral. O *Twitter* e o *Facebook*

foram utilizados pela população para a divulgação de informações contra-hegemônica ao sistema político e a convocação de protestos e ataques contra páginas do governo.

Diante disso, além da repressão policial às manifestações, que tinham o objetivo de frear as mobilizações e sua repercussão, o governo iraniano censurou a internet, diminuindo a velocidade, bloqueando alguns *sites* e suspendendo totalmente a conexão por alguns dias. Embora Ahmadinejad tenha permanecido no poder, o engajamento da população no que ficou conhecido como o “*Twitter Revolution*” demonstrou a potencialidade das redes sociais no estímulo à mobilização da sociedade na busca por mudanças democráticas.

De modo geral, naquele momento as redes sociais tiveram papel central na conscientização e estímulo à população na participação dos protestos e luta por cidadania nesses países. Inicialmente, a maioria das mobilizações massivas havia sido convocada através das redes sociais. Além da função de convocação, a internet desempenhou papel importante na divulgação dos protestos, possibilitando a repercussão internacional e apropriação política da mesma por grupos sociais ausentes nos meios de comunicação de massa, como TV, Rádios e impressos. No entanto, por outro lado, a apropriação das redes sociais na “Primavera Árabe” também chamou atenção de governos e empresas desses países, que passam a considerá-la uma ameaça à estabilidade dos regimes e a fazer uso da internet para mapear os grupos sociais contrários aos regimes ditatoriais vigentes.

Contudo, ainda há concentração dos meios de comunicação na sociedade contemporânea por alguns grupos hegemônicos, que de modo geral ainda dominam as TICs, bem como os vários limites que prejudicam os governos democráticos na formação de um espaço público fortalecido e na participação da sociedade civil

na formação de uma opinião pública crítica. Torna-se fundamental a adoção de políticas que transbordem as fronteiras dos estados nacionais para auxiliar na resolução dessas questões. Exemplo é o estabelecimento de medidas internacionais de respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1998), que assegurem direitos civis e direitos individuais, e respeito em relação a acordos internacionais na área de meio ambiente, clima, desenvolvimento e tecnologia, entre outros. Portanto, para o fortalecimento da democracia, necessita-se extrapolar as fronteiras do Estado-Nação (GIDDENS, 2006) e criar políticas transnacionais de proteção aos direitos individuais que auxiliem na construção de um sistema democrático para o exercício da cidadania e emancipação social global.

A era da globalização precisa oferecer uma resposta global. O aprofundamento do sistema democrático depende da viabilização da democratização da democracia, ou seja, o alargamento dos sistemas democráticos necessita de um processo de transnacionalização da democracia. Ou seja, com a operação de uma democratização interna por dentro da nação e externa a um nível global que transborde o território do Estado-Nação (GIDDENS, 2006).

Essa democratização se torna necessária, pois as antigas posturas dos governos não funcionam de forma eficiente no contexto de uma sociedade onde os cidadãos e governos passam a ter acesso aos mesmos meios de informação, principalmente com a internet, que viabiliza um processo de globalização de informação em nível planetário. Diante disso, Giddens (2006) considera que a democratização dos sistemas democráticos precisa ser apropriada de formas diversas e distintas em cada país, respeitando o desenvolvimento histórico de cada nação. São elas a adoção de medidas de combate à corrupção em todos os níveis, reformas

constitucionais, maior transparência na política, bem como a utilização de instrumentos alternativos, como júris populares e referendos, que podem gerar complementos importantes na democracia. Não estando nenhum país livre dessa necessidade, independente de possuir sistemas democráticos mais avançados.

Isto posto, a democratização da democracia necessita ainda de estímulo ao avanço de uma cultura cívica. “A construção da democracia das emoções é um dos aspectos da cultura cívica progressiva. A sociedade civil é o fórum onde as atitudes democráticas, incluindo a tolerância, têm de ser cultivadas.” (GIDDENS, 2006, p.77). Portanto, o cultivo da pluralidade de ideias e opiniões na sociedade depende do fortalecimento de outros setores, que precisam ampliar seu espaço restrito ao Estado e o mercado (setor público e privado), possibilitando a inclusão da sociedade civil, composta pela família e outras instituições sem caráter econômico, procurando assim efetivar uma maior participação nos sistemas democráticos.

Já a construção de uma hegemonia a partir do pensamento de Gramsci (ANDERSON, 1986) se refere à conquista do consenso e liderança cultural, política e ideológica de uma classe sobre a outra. A direção de uma classe ou de um bloco histórico não depende somente das forças materiais de coerção do Estado, mas da construção de instrumentos de debate e persuasão em torno das questões sociais, através da sociedade civil, ou seja, no plano das ideias. Deste modo, a formação de um consenso contra-hegemônico depende da disputa dos instrumentos de formação de consenso, como a imprensa, os partidos políticos, sindicatos, entre outras instituições influentes. O controle desses órgãos pela classe dominante impede a participação dos segmentos sociais populares, como a classe trabalhadora.

Conforme Perry Anderson (1986), o conceito de hegemonia em Gramsci demonstra a importância dos meios de comunicação de massa no processo de criação de uma esfera pública forte, com uma participação crítica da sociedade civil no debate de ideias e nos rumos dos sistemas democráticos, no qual atualmente se torna necessário incluir o contemporâneo desenvolvimento da internet. Esses canais atuam de modo privilegiado na produção e distribuição de conteúdo, podendo exercer influência nas relações sociais, culturais e políticas.

Giddens (2006) conclui que a busca de uma democracia equilibrada necessita da operacionalização de um tripé, atuando de modo sincronizado, composto pelo Governo, a economia e a sociedade civil, uma vez que uma das partes não pode dominar as demais. Nesse sentido, o autor considera que a televisão e outros meios, ao transformar a política em instrumento vulgar e personalizado, provoca a destruição do próprio espaço público de debate criado pelo mesmo meio. Contrariamente, a sociedade global de informação representaria um importante espaço de democratização.

Partindo do entendimento de que o desenvolvimento das TICs, responsável pela criação do ciberespaço, torna o mesmo em uma esfera pública virtual de contexto globalizado, considera-se possível conceber a potencialidade desse ambiente como um espaço público plural e crítico, podendo se tornar uma linha de transmissão na construção e difusão de práticas e valores da democracia, à medida que a distribuição de informação, apropriação e os usos dessas tecnologias também sejam regulamentados de modo democrático, eliminando os abusos e o conjunto de desigualdades sociais da contemporaneidade, e promovendo o respeito aos preceitos éticos da informação e comunicação.

5 Considerações Finais

O uso e apropriações das TICs como ferramentas de mediação das informações e de visibilidade, de crítica da realidade e de reivindicações dos direitos parece ter se ampliado. Esse potencial revolucionário é devido à quebra do antigo modelo de comunicação, fundamentalmente marcado pela transmissão de informações a partir de um centro (emissor) para a periferia (receptor). Nesse processo, ao mesmo tempo em que o acesso à informação é facilitado, também é possibilitado o acesso à produção da informação, uma vez que a nova forma de interação social permite que diversos sejam os agentes produtores de informação.

A formação de uma comunicação pública crítica e livre depende da conversação e de uma performática intelectual dos públicos no debate dialógico entre posições concorrentes, transformando o público em ator social coletivo. Porém, percebe-se que atualmente a formação de uma esfera pública questionadora e crítica se encontra ausente, o que contribui com a tentativa de massificação e instrumentalização da opinião pública e busca de legitimidade por parte dos Estados e governos descomprometidos com a democracia, resignados a transferir as riquezas públicas para o sistema privado.

Nesse sentido, mesmo com as limitações impostas pelas desigualdades sociais, políticas e econômicas, devido à potencialidade de acesso e armazenamento de informações, compreendemos que as TICs podem oferecer uma contribuição importante para a democracia deliberativa, auxiliar na formação de uma opinião pública crítica e influente, bem como na maior participação cidadã. Porém, percebemos que o crescimento do acesso à informação, a partir das TICs, não garantem maior participação dos cidadãos e uma melhor comunicação pública nos processos democráticos.

Isto somente será possível com transformações políticas e sociais estruturais que ultrapassem as debilidades de usos e acessos às tecnologias criadas por esses sistemas. O desafio dos governos democráticos está em alterar as relações sociais e políticas através dos princípios de cidadania e transparência, aproveitando o potencial das TICs na construção de uma esfera pública eficiente, com capacidade de influenciar politicamente os processos deliberativos.

Compreende-se que a transnacionalização dos sistemas democráticos e a construção de uma cidadania global somente será possível a partir de uma efetiva democratização dos meios de comunicação e construção de uma esfera pública virtual, que contemple novas práticas democráticas na luta por cidadania. A transparência no acesso às informações por meio de plataformas digitais auxilia na formação de uma comunicação pública crítica, uma vez que dá ao cidadão a oportunidade de checar de que modo, por exemplo, o dinheiro público é empregado. Esse tipo de prática facilita o controle dos gastos públicos por parte do cidadão, que de qualquer lugar onde estiver pode acessar essas informações, promovendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade frente aos recursos públicos. Canais de comunicação como essas plataformas, que apresentam de forma detalhada os gastos públicos, possibilitam também que os cidadãos possam distinguir os gastos e investimentos feitos em nível federal, estadual e municipal, facilitando a identificação de possíveis desvios de dinheiro público por parte de qualquer uma dessas esferas políticas.

Como alerta Santos (2008), é preciso analisar as tecnologias a partir do ponto de vista da politização, procurando compreender que estas se encontram inseridas ao sistema capitalista, que é permeado por um conjunto de desigualdades sociais que afetam o uso e a distribuição desses meios, bem como o acesso à informação. Desse modo, necessita-se analisar as TICs não somente nas suas

formas de consumo, mas conjuntamente com o seu funcionamento no sistema de produção, usos e interconexões possíveis, no âmbito da construção da democracia e da cidadania.

Sabemos o quanto os meios de comunicação são capazes de influenciar culturas e comportamentos por meio dos usos e apropriações de diferentes elementos simbólicos. A construção de conteúdos solidários e que promovam a cidadania são praticados no ciberespaço e em algumas mídias tradicionais, mas ainda de modo insuficiente. Torna-se inquestionável que os meios de comunicação sejam capazes de produzir os conteúdos das informações de maneira autônoma, sem que sejam regidos pela lógica do mercado.

Para isto, além da democratização dos meios – com a eliminação dos oligopólios das empresas de comunicação e construção de um sistema de comunicação público e democrático no âmbito da imprensa tradicionais e das TICs –, é preciso apostar em abordagens e trocas informacionais que valorizem a ética e desenvolvam estratégias de comunicação dialógica e de respeito ao *Outro*, ao diferente. É uma reforma lenta, pois busca alterar as estruturas culturais e sociais em que os indivíduos estão inseridos e requer esforço mútuo entre os meios de comunicação e os atores sociais para a produção e disseminação de conteúdos que promovam a solidariedade e a cidadania.

Refletir acerca do reencantamento a partir das TICs, acreditar em suas possibilidades, por mais utópicas que possam parecer, significa reivindicar seus aspectos práticos e efetivos. Alguns parecem mais difíceis e desafiadores que outros, no entanto, todos são de inquestionável importância. Ou seja, a regulação dos meios de comunicação e informação, a transparência no acesso às informações públicas e até mesmo o investimento na mudança de paradigmas culturais e éticos que envolvam as interações humanas e a maneira de se comunicar, são formas de tornar as TICs e o

ciberespaço em espaços de sociabilidade voltados a construção e reforço da democracia e à cidadania planetária.

Referências

ANDERSON, Perry. **As antinomias de Antônio Gramsci**. São Paulo: Joruês, 1986.

BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 225-231, set./dez. 2010a.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública**: entre o acesso e a apropriação social. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010b.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CABRAL FILHO, **Adilson Vaz**; CARVALHO Aline. Da “alter-globalização” à “indignação”: reconstruindo as redes sociais no início do século XXI. **Revista Acadêmica de La Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social**. ed. 86. fev/jul, 2013. Disponível em: <www.dialogosfelafacs.net/da-alterglobalizacao-a-indignacao-reconstruindo-as-redes-sociais-no-inicio-do-seculo-xxi/>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003a.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (Org.) **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003b, p. 255-288.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. O valor da informação: um desafio permanente. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, jun. 2002.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e TIC Empresas 2011. São Paulo, 2012. Disponível em: <www.op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CUNHA, Mágda Rodrigues da. A memória na era da reconexão e do esquecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2011.

DI FÁTIMA, B. Primavera Árabe: vigilância e controle na sociedade da informação. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**. 2012. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/fatima-branco-primavera-arabe-vigilancia-e-controle.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2016.

DI FELICE, Massimo. Network society (Sociedade em rede): da esfera pública para a conectividade. In: MARCHIORI, Marlene (Org.). **Sociedade, comunidade e redes**. São Caetano do Sul: Difusão; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2014.

ESTEVES, João Pissarra. Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. **Revista Media & Jornalismo**, v. 18, n. 10, 2011.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. 2. ed. Lisboa: Presença, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PNAD TIC: pela primeira vez celulares superaram computadores no acesso domiciliar à internet. **Sala de Imprensa**, 06 abr. 2016. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3133&busca=1&t=pnad-tic-2014-pela-primeira-vez-celulares-superaram-microcomputadores-acesso-domiciliar-internet>>. Acesso em 08 abr. 2016.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare: Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995.

MARTELETO, Regina Maria. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para estudo da questão do conhecimento na sociedade.

Investigación Bibliotecológica, México, v. 14, n. 29, p. 69 - 94, jul./dic. 2000.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais: formas de participação e de informação. In: GÓMEZ, Maria Nélide Gonzáles de; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de (Org.). **Informação e democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política**. Brasília, DF: Ibict, 2011. p. 173-183.

Morin, Edgar. **Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o Marxismo**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PLAISANCE, Patrick Lee. **Ética na comunicação: princípios para uma prática responsável**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Maria do Rosário Gomes. **Ciberespaço: um espaço público virtual para a democracia contemporânea?** Belo Horizonte: UniBH, 2010.

SORJ, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 76, p. 123-136, 2006.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TREJO DELARBRE, Raúl. Internet como expressão e expansão do espaço público. **Matrizes**, ano 2, n.2, p. 71- 92, 2009.

YÚDICE, George. Internet en manos de sectores privados hoy está disputando el poder a los Estados. Entrevista a Karina Wroblewski. **La Nación**, Argentina, 17 may. 2015. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1792906-internet-hoy-esta-disputando-el-poder-a-los-estados>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Indicações para Leitura

CABRERA, Daniel H. **Lo tecnológico y lo imaginário**: las nuevas tecnologías como creencias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Biblos, 2006.

MORIGI, Valdir José; GIRARDI, Ilza Maria. Tourinho; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. (Orgs.). **Comunicação, informação e cidadania**: refletindo práticas e contextos. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NOVAES, Adauto. **Mutações**: a experiência do pensamento. São Paulo: Edições Sesc, 2010.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo**: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. (Org.). **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil : Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.